

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, levantadas em 30 de junho de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. O objetivo estratégico da Sax está orientado ao atendimento das necessidades de crédito, principalmente aos consumidores de sua controladora Marisa Lojas S.A. Além de tal objetivo, a SAX também auxilia sua controladora a expandir sua base de clientes, bem como oferecer produtos e serviços que agreguem valor ao seu portfólio, e também a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Em junho de 2018 o total de ativos atingiu R\$ 204,4 mil milhões (R\$ 145,1 mil milhões em 2017), e a receita com operações de crédito atingiu o montante de R\$ 78,6 mil milhões (R\$ 79,2 mil milhões em 2017). No semestre, a SAX alcançou lucro de R\$ 19,7 mil milhões (R\$ 19,7 mil milhões em 2017). O balanço patrimonial líquido é de R\$ 86,4 mil milhões (R\$ 94,0 mil milhões em 2017). O gerenciamento de riscos conta com políticas e manuais de procedimentos que estabelecem as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades. As informações acerca da estrutura de Gestão de Riscos estão descritas no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.saxfinanceira.com.br. São Paulo, 10 de agosto de 2018.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017
Circulante		202.306	143.267		
Disponibilidades	4	161	159		
Aplicações interfinanceiras de liquidez		50.207	5.339		
Aplicações no mercado aberto	5	50.207	5.339		
Operações de crédito		131.094	113.681		
Setor privado	6.a	172.284	148.542		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.f	(41.190)	(34.861)		
Outras operações		20.844	24.082		
Rendas a receber	7	830	998		
Crédito Tributário	7	6.857	6.352		
Diversos	7	13.157	16.732		
Realizável a longo prazo		1.890	1.741		
Operações de crédito		1.074	1.029		
Setor privado	6.a	1.094	1.038		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.f	(20)	(9)		
Outros créditos		760	712		
Crédito Tributário	7	760	712		
Outros Valores e Bens		56	-		
Despesas Antecipadas	7	56	-		
Permanente		246	148		
Imobilização de uso	8	25	34		
Outras imobilizações de uso	8	236	246		
(Depreciações acumuladas)	8	(251)	(212)		
Intangível	8	221	114		
Ativos intangíveis	8	1.524	1.365		
(Amortização acumulada)	8	(1.303)	(1.251)		
Total do Ativo		204.442	145.150		

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota explicativa	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017
Circulante		78.673	49.033		
Depósitos		52.397	18.251		
Depósitos Interfinanceiros	9	52.397	18.251		
Outras obrigações		26.276	30.782		
Fiscais e previdenciárias	12.a	16.207	19.627		
Sociais e estatutárias	12.b	4.682	5.240		
Diversas	14.b	5.387	5.915		
Exigível a longo prazo		39.336	2.103		
Recursos de aceites		37.571	181		
Obrigações por emissões de letras financeiras	10	25.772	181		
Obrigações por emissões de letras câmbio	11	11.799	-		
Outras obrigações		1.765	1.922		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		87	99		
Diversas	12.b	1.678	1.823		
Patrimônio líquido		86.433	94.004		
Capital social	14	69.000	69.000		
Reservas de lucros		17.433	25.014		
Total do Passivo		204.442	145.150		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$)

Saldo em 31 de dezembro de 2016	Nota explicativa	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Especiais de Lucros	Reserva Especial		
Lucro líquido do semestre		69.000	7.346	26.453	-	102.799
Dividendos distribuídos		-	-	-	(25.607)	(25.607)
Destinações:		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	1.103	-	(1.103)	-
Reserva especial de lucros	14.c	-	-	15.719	(15.719)	-
Dividendos propostos (R\$0,5268 por ação)	14.b	-	-	-	(5.240)	(5.240)
Saldo em 30 de junho de 2017		69.000	8.449	16.565	-	94.014
Saldo em 31 de dezembro de 2017		69.000	9.406	18.208	-	96.614
Lucro líquido do semestre		-	-	-	19.713	19.713
Dividendos distribuídos		-	-	-	(18.206)	(18.206)
Dividendos e Lucros pagos antecipadamente	14.d	-	-	-	(7.006)	(7.006)
Destinações:		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	986	-	(986)	-
Reserva especial de lucros	14.c	-	-	14.045	(14.045)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,4707 por ação)	14.b	-	-	-	(4.682)	(4.682)
Saldo em 30 de junho de 2018		69.000	10.392	7.041	-	86.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("SAX" ou "Sociedade") tem como objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas. O seu capital foi subscrito e integralizado em 25 de maio de 2005 e, em 21 de setembro do mesmo ano, a Sociedade foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, tendo iniciado suas operações em 22 de maio de 2006. As operações são conduzidas em conjunto com as Empresas do Grupo Marisa, que atuam predominantemente no mercado varejista, e com quem a Sociedade compartilha a estrutura necessária para a operacionalização de suas atividades. Conseqüentemente os resultados apresentados e a posição patrimonial poderiam ser diferentes caso essas operações tivessem sido realizadas com partes não relacionadas. Em 4 de dezembro de 2008 o Grupo Marisa celebrou com o Banco Itaú Holding Financeira S.A., por meio de sua controlada Banco Itaú S.A. ("Itaú"), "Acordo de Associação", que descreverá as premissas de um acordo operacional pelo prazo de 10 anos, que possibilitará ao Itaú o direito de preferência à oferta de concessão de empréstimo pessoal aos clientes da Marisa, operação que atualmente é oferecida pela SAX. O Itaú recusa a concessão do empréstimo pessoal a algum cliente, a SAX poderá atender ou não, a esses clientes, de acordo com seus critérios de análise cadastral. O referido "Acordo" garante, também, ao Itaú, o direito de preferência na aquisição de créditos existentes na carteira da SAX. Em 29 de setembro de 2015, foi realizado o segundo aditamento ao acordo de associação, o qual prorrogou por mais 10 anos a vigência do referido acordo. Até o momento todas as operações de empréstimo pessoal comercializadas nas Lojas Marisa são efetuadas pela SAX e conforme garantido no referido acordo, o Itaú poderá optar em oferecer esta modalidade de crédito a qualquer momento durante a vigência do referido acordo. Até 30 de junho de 2018, não há operações atreladas ao contrato.

2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na legislação societária brasileira, associada às normas e instruções do BACEN e estão apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pela Sociedade, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda diferido atual. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologado pelo BACEN. Desta forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: **CPC 01** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; **CPC 03** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; **CPC 05** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; **CPC 10** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; **CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; **CPC 24** - Divulgação de eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3973/11; **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; **CPC 33** - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; **Pronunciamento Conceitual Básico (R1)** - Estrutura conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. A autorização para emissão das demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2018 foi concedida pela Administração em 10 de agosto de 2018.

3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: **a. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN através da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, com agravio para alguns "ratings" calculado de acordo com o histórico de perdas. A Sociedade não efetua o reconhecimento de receitas de qualquer natureza relativa a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, sendo referida receita registrada apenas quando do efetivo recebimento. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente às renegociações. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. **e. Cessão de crédito sem coobrigação e outras avenças:** As cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367 de 11 de setembro de 2014, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção ou não substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As cessões de crédito com transferência dos riscos e benefícios resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação e o resultado positivo ou negativo apurado na operação é apropriado ao resultado do período. **f. Outros ativos e passivos circulante e realizável longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e comprovados estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata die". **g. Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do semestre. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para hardware e 10% para instalações e móveis e utensílios. **h. Ativo intangível:** Consiste em investimentos na implementação e customização de um set de softwares que são amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano. **i. Redução do valor recuperável de ativos não monetários:** Estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em exercícios anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. A Sociedade não teve nenhum ativo sujeito a perda de seu valor recuperável. **j. Depósitos e captações no mercado aberto:** Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die". **k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: **Contingências de ativa** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Para os riscos cíveis**, as provisões são constituídas sobre o valor envolvido de acordo com percentual definido pela Sociedade através do histórico de liquidação de processos de mesma natureza, ocorridos nos últimos 6 meses. O limite máximo de provisão é de R\$ 4,1 (quatro mil e cem reais), considerando o valor médio de condenação. Para os riscos trabalhistas, as provisões são

constituídas também sobre o valor envolvido, quando forem mensuráveis, de acordo com percentual definido pela Sociedade através do histórico de liquidação dos processos, separados por ações diretas e/ou de terceiros, nos últimos 12 meses. **Para os riscos classificados como perdas possíveis** não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos, impostos e contribuições. O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. **l. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável e acrescida de 10% incidentes sobre os lucros tributários, excedentes à R\$ 120 no semestre. A contribuição social foi apurada sobre o lucro líquido tributável à alíquota de 20%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação dessas diferenças, veja nota explicativa nº 15. Os créditos tributários foram constituídos pelas alíquotas vigentes nas datas de expectativa de realizações dos mesmos. **m. Resultado por ação:** É apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2018	2017
Disponibilidades	161	159
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	50.207	5.339
Total	50.368	5.498

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações no mercado aberto, em 30 de junho de 2018 e de 2017, estão compostas como segue:

	2018	2017
Letras do Tesouro Nacional	-	5.339
Notas do Tesouro Nacional - Série B	50.207	-
Total	50.207	5.339

Referem-se a aplicações em títulos públicos com compromisso de recompra pela contraparte com rendimento taxa de 6,25% a.a. (10,00% a.a. em 30 de junho de 2017).

6. Operações de crédito: As informações da carteira de operações de crédito, em 30 de junho de 2018 e de 2017, estão assim sumarizadas:

a. Por operação

Descrição	2018		2017	
	Valor	% sobre total	Valor	% sobre total
Empréstimo pessoal	165.632	142,20%	142,20%	142,20%
Empréstimo consignado	7.746	7,31%	7,31%	7,31%
Total	173.378	149,580	149,580	149,580

b. Composição das operações por faixas de vencimento

	2018		2017	
	Valor	% sobre total	Valor	% sobre total
Parcelas a vencer				
Até 30 dias	26.653	15,37%	23.695	15,84%
De 31 a 60 dias	21.658	12,49%	19.133	12,79%
De 61 a 90 dias	17.889	10,32%	15.807	10,57%
De 91 a 180 dias	35.426	20,43%	31.121	20,81%
Acima de 180 dias	23.234	13,45%	21.125	14,12%
Parcelas vencidas				
Até 30 dias	8.923	5,15%	7.233	4,84%
De 31 a 60 dias	6.612	3,81%	4.947	3,31%
De 61 a 90 dias	5.913	3,41%	4.539	3,03%
De 91 a 120 dias	5.200	3,00%	4.070	2,72%
De 121 a 150 dias	4.918	2,85%	3.935	2,63%
De 151 a 180 dias	4.301	2,48%	3.423	2,29%
De 181 a 240 dias	6.717	3,87%	5.597	3,74%
De 241 a 300 dias	4.198	2,42%	3.547	2,37%
De 301 a 360 dias	1.646	0,95%	1.408	0,94%
Total	173.378	100,00%	149.580	100,00%

c. Concentração das operações

	2018	2017
Dez maiores devedores	312	480
Cinquenta seguintes maiores devedores	552	584
Cem seguintes maiores devedores	664	597
Demais clientes	171.850	147.919
Total	173.378	149.580

d. Composição por vencimento das parcelas

	2018		2017	
	Valor	% da carteira	Valor	% da carteira
A vencer até 3 meses	66.200	38,16%	62.285	41,64%
A vencer de 3 a 12 meses	57.556	33,26%	51.208	34,23%
A vencer de 1 a 3 anos	1.087	0,63%	1.022	0,68%
A vencer acima de 3 anos	7	0,00%	16	0,01%
Vencidos acima de 14 dias	48.428	27,93%	35.049	23,44%
Total	173.378	100,00%	149.580	100,00%

e. Composição por atividade econômica - setor privado

	2018		2017	
	Valor	% da carteira	Valor	% da carteira
Pessoas físicas	173.378	100,00%	149.580	100,00%
Total	173.378	100,00%	149.580	100,00%

f. Composição da carteira por nível de risco

Provisão	2018				2017			
	mini-	Car-	Mini-	Adi-	Car-	Mini-	Adi-	Total
A. Rating								
0,5	104.976	525	525	96.590	483	-	-	483
1	6.796	68	68	6.214	62	-	-	62
2	3	8.224	247	247	5.911	177	-	177
3	10	7.331	793	793	5.676	568	-	568
4	30	6.916	2.0					